

A questão educacional

Mais uma vez a sociedade presencia a duríssima disputa de jovens para ingressar na Universidade, via concurso vestibular, uma forma de acesso sujeita a críticas generalizadas: A maioria dos educadores só encontra justificação para o funil proposto ao ingresso nos cursos superiores na própria desestruturação do sistema educacional, de natureza crônica. Por um lado, a escola média não prepara convenientemente o estudante para os estágios universitários, por graves deficiências do ensino e, por outro, são escassas as ofertas de oportunidades nos níveis de formação acadêmica e profissional.

A questão do vestibular sugere algumas considerações sobre a problemática educacional brasileira, no momento em que toma posse no Ministério da Educação o deputado Eraldo Tinoco, em substituição ao renunciante ministro José Goldemberg. É certo que a reformulação do sistema de ensino não poderá ocorrer senão a longo prazo, talvez ao curso de uma geração inteira, tal a ordem de grandeza dos problemas e dos recursos necessários para resolvê-los. Mas algumas disfunções bem poderiam desde logo merecer a destinação de medidas saneadoras, de implementação progressiva, como, por exemplo, o cumprimento do dispositivo constitucional que manda a União aplicar no ensino 18 por cento da receita resultante de impostos (CF, Art. 212).

Com a obediência à norma cogente da Constituição, contra a qual, por certo, não cabe alegar insuficiência de recursos, pois deve o Estado buscar as fontes para supri-los, já seria possível oferecer impulso razoável às atividades de ensino. Agora, é fundamental selecionar prioridades para obter efeitos coerentes com as deficiências educacionais de maior impacto. É opinião generalizada que o grande foco de desqualificação do processo educacional brasileiro se encontra no ensino básico. Aí ocorrem com maior

virulência os fenômenos da má qualidade dos currículos, da deficiente formação de professores, da remuneração insuficiente, da oferta escolar bem abaixo da demanda e dos níveis alarmantes de evasão.

É bem certo que o Governo desenvolve programa ambicioso mediante a construção de Ciacs, mas com os ânimos contidos pela exiguidade de recursos e fora da esfera jurisdicional do Ministério da Educação. Trata-se, no caso, de uma proposta de longo prazo, ainda objeto de algumas críticas de setores importantes da sociedade, enquanto a questão do ensino básico exige pronta intervenção da autoridade política, porque clama por soluções mais imediatas.

Outro setor para o qual parece indispensável maiores fluxos de disponibilidades são os programas de pesquisas e extensão das universidades. Não há como colocar em plano inferior ações diretamente relacionadas com a formação de infra-estrutura tecnológica e aperfeiçoamento de pessoal indispensável às tarefas do desenvolvimento econômico. A crise brasileira, seja qual for a sua extensão, com certeza provocará situação degradante para o País, se não puder ser contornada em semelhante aspecto, pois sem tecnologia e sem quadros profissionais o futuro simplesmente não chegará. Todos estaremos condenados à estagnação e à pobreza.

É dentro desse contexto que ocorre agora a segunda prova vestibular do ano, destinada a abrir espaços na Universidade para uma minoria menos despreparada, sem dúvida já exposta aos riscos de experimentar no futuro graves frustrações, caso a educação não sofra correções, senão estruturais, pelo menos em seus aspectos mais deprimentes. O novo ministro da Educação, deputado Eraldo Tinoco, está diante de uma massa crítica preocupante, mas se espera que sua formação e experiência o ajudem a dissipá-la mediante soluções criativas.